

# **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DAS APAS DO ITAJURU, RIO PRETO PONTÃO E AREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO – ARIE**

No dia vinte e nove do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e quatro minutos, foi realizada uma reunião ordinária presencial no anfiteatro do SENAI. A seguir, estão listados os membros do Conselho que participaram da presente reunião: Sra. Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro, Secretária de Meio Ambiente e Sustentabilidade e presidente do Conselho; Sr. Sergio Vilhena Vieira, representando a vice-presidência do Conselho; Sra. Suely de Fátima Prado Vardiero, representando o Sindivest; Sr. Adenilson Mendes Chaves, representando a EMATER-MG; Sra. Thais de Andrade Batista Pereira Fittipaldi, representando o IEF; Sr. Robin Le Breton, representando a ONG IRACAMBI; Sra. Carolina Gonçalves Ohuti, representando a FUNDARTE; Sr. João Carlos Santos Areias, representando a AMERP; Sra. Roberta Souza Cruz Bastos, representando a UNIFAMINAS; Sra. Fernanda Reis Moulin, representando a Secretaria Municipal de Obras Públicas e Urbanismo; Sr. Lucas Dutra de Melo, representando o CREA-MG; Sr. Anderson Oliveira da Silva, representando o DEMSUR; Sr. Volney Rosa da Silva, representando o Grama – AMA e; Sr. William Oliveira Secunho, representando a Secretaria Municipal de Saúde. Registraram-se a presença: Sra. Ana Paula de Souza, representando a Câmara dos Vereadores; Sr. Jefferson Bentinho, representando a Câmara dos Vereadores; Sra. Milce Navas; Sra. Maria Aparecida Silva, representando o Sindicato; Sra. Cassia Ribeiro de Souza, representando a Câmara dos Vereadores; Sr. Reinaldo Barberine, representando o CTP -MG; Sra. Lucilene Manhanini, representando o CTP -MG; Sr. William Oliveira, representando a Câmara dos Vereadores; Sra. Alcione; Sr. Renato Sigiliano; Sr. Mauricio da Silva; Sr. Silvan Vital; Sr. André Pereira Mafia, promotor de Justiça; Sra. Narjara Lopes, representando a equipe FLORA. A Sra. Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro deu início a reunião ordinária do Conselho Municipal de Meio Ambiente, realizada conforme calendário previamente estabelecido, tendo como pauta principal a apresentação e discussão dos Planos de Manejo das Áreas de Proteção Ambiental – Rio Preto Pontão e Pico do Itajuru. A pauta contemplou a abordagem do Volume 1, que contém o diagnóstico ambiental, e do Volume 2, que trata dos zoneamentos e planejamentos. A Sra. Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro, Secretária Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade, abriu a reunião agradecendo a presença dos membros e convidados, justificando a escolha do horário devido à regularidade das reuniões ocorrerem sempre na última quinta-feira útil do mês, no mesmo horário. A Sra. Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro esclareceu, ainda, que somente os membros do Conselho têm direito a voto, caso haja deliberações que demandem votação. Na sequência, a Sra. Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro deu as boas-vindas ao Secretário Municipal de Agricultura, Sr. Fernando Levate, o qual agradeceu ao Conselho e ressaltou a importância do Meio Ambiente, destacando a parceria com a Secretaria de Meio Ambiente e com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico em temas como fossas sépticas e demais programas. A Sra. Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro também deu as boas-vindas ao Sr. André Pereira Mafia, Promotor de Justiça de Meio Ambiente, que também agradeceu ao Conselho e salientou a importância da atuação da Promotoria de Justiça no acompanhamento das ações ambientais do município, destacando o trabalho contínuo e preventivo desenvolvido. A Sra. Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro informou, ainda, a realização do Fórum “Lixo e Cidadania”, marcado para o dia 16 de junho, às 14hs, em parceria com a Promotoria de Justiça e o DEMSUR, convidando a todos para participação no evento. Registrou também a presença do Sr. Reinaldo, representando o CTP. Iniciando a pauta principal, a Sra. Narjara Lopes de Abreu, bióloga, doutora em Botânica e representante da empresa Flora, representando a equipe responsável técnica pela elaboração dos Planos de Manejo, apresentou-se aos membros e iniciou a apresentação dos documentos. A Sra. Narjara Lopes de Abreu explicou que os planos são compostos por dois volumes, sendo o primeiro voltado ao diagnóstico e o segundo ao zoneamento e planejamento. Destacou que o plano é resultado do trabalho de uma equipe multidisciplinar, elaborado com base em dados técnicos e observações de campo. No Volume 1, são tratados diversos assuntos e informações que fundamentam as propostas do Volume 2. Foi ressaltado que as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) em questão pertencem à categoria de Unidades de

Conservação de Uso Sustentável, conforme a Lei do SNUC. Dentro do diagnóstico, foi realizado um apanhado das condições atuais das APAs Pico do Itajuru e Rio Preto Pontão. O Pico do Itajuru possui uma área de 2.218,6 hectares, regulamentado pela Lei nº 1.586/91, onde abrange o Distrito de Belisário e as comunidades de graminha; Itajuru; Pedra Alta; Bom Sucesso; Buracada e Fazenda da Onça, enquanto a APA do Rio Preto Pontão abrange 38.669,74 hectares, regulamentada pela Lei nº 5.572/17 e abrange o distrito de Itamuri; Pirapanema; Muriaé; Vermelho; Boa Família; Bom Jesus da Cachoeira e Belisário. A Sra. Narjara apresentou mapas indicando a localização exata das APAs. Durante a apresentação, foi abordada a importância do histórico de criação das APAs, reforçando o papel dessas unidades na conservação ambiental. A Sra. Carolina Gonçalves Ohuti questionou sobre a localização de sua propriedade em Belisário e se esta está inserida dentro de alguma APA. A Sra. Narjara Lopes de Abreu respondeu que é necessário consultar as coordenadas geográficas da propriedade para se obter essa informação com precisão. Em continuidade, a Sra. Narjara Lopes de Abreu tratou dos componentes fundamentais do plano e da importância de se considerar tais elementos no planejamento e execução dos projetos ambientais. Apontou, ainda, a existência de outras Unidades de Conservação, além das APAs mencionadas, como o Parque do Brigadeiro, explicando sua relevância ecológica. A Sra. Thaís de Andrade Batista Pereira Fittipaldi, questionou sobre a abordagem da espécie de Muriqui que habita a região do Brigadeiro, mencionando relatos de uma ONG local, os quais indicam que existem cinco indivíduos que vivem em núcleos isolados. Perguntou, ainda, se essa espécie está contemplada no Plano de Manejo devido a relevância de sua proteção. A Sra. Narjara Lopes de Abreu respondeu que o grupo de Muriquis mencionado foi, de fato, identificado no Plano de Manejo, e que se trata de uma espécie considerada vulnerável. Informou que o tema é abordado na página 23 do documento, dentro do tópico “Recursos e Valores Naturais”, onde consta a identificação dos núcleos de muriquis e as informações repassadas pela ONG, através do Leandro dos Muriquis, com dados que indicam a presença dessa espécie. Dando continuidade, as duas áreas possuem fragmentos de Mata Atlântica, sendo, portanto, de suma importância a sua proteção. A Sra. Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro questionou se as minas d’água da região foram devidamente catalogadas, e a resposta foi afirmativa, usando de banco de dados públicos oficiais, não sendo realizado levantamento em campo. Dando prosseguimento à apresentação, a Sra. Narjara Lopes de Abreu expôs os componentes fundamentais e o propósito da APA Pico do Itajuru e Rio Preto Pontão. Foi destacada por ela a importância biológica extrema da APA Pico do Itajuru, abordando aspectos relevantes como os recursos hídricos, a cultura das comunidades rurais, a beleza cênica da região, bem como o turismo de base comunitária, a presença dos muriquis-do-norte, rãzinhas-de-folhio; e gruta da Pedra Santa, considerada bem cultural imaterial. A respeito desses tópicos, a Sra. Narjara Lopes de Abreu leu na íntegra assim como está no plano de manejo, informando também que foi até as comunidades para entender a importância delas, justificando que foram amplamente abordados com o objetivo de reforçar a importância desses elementos na preservação ambiental e cultural. Em seguida, ela discorreu sobre a caracterização socioeconômica da área, aspectos sociais e econômicos, mencionando a participação do GAB – Grupo de Artesãos de Belisário – e da ONG Iracambi, que atua na região. A Sra. Narjara Lopes de Abreu também destacou o referencial turístico da APA Pico do Itajuru, que contempla os seguintes pontos de interesse: Cachoeira de Belisário, Cabeceira do Naor, Trilha das bromélias e Vila Francisca. Referiu-se, ainda, ao referencial turístico da APA Rio Preto Pontão, abrangendo: Gruta Pedra Santa, Sítio Mineiro Pontão, Pico Alto Pontão e Cachoeira do Rio Preto. A seguir, a Sra. Narjara Lopes de Abreu discorreu sobre a caracterização dos fatores abióticos, conforme regulamentado pela Lei Municipal nº 5.763/2018, destacando que a região abrange uma área de 10.215,07 hectares e mais de 200 nascentes, sendo, portanto, uma área de extrema relevância hídrica. Ressaltou, ainda, que a caracterização da biodiversidade inclui fatores bióticos como a flora, a herpetofauna, a entomofauna, a avifauna, a mastofauna terrestre e a ictiofauna. A Sra. Narjara Lopes de Abreu apresentou os dados referentes ao mapa da região, no que se refere ao Uso e Ocupação do Solo da APA Rio Preto Pontão, salientando que se identificaram poucos fragmentos de mata. Em seguida, apresentou também o uso e ocupação do solo da APA do Pico do Itajuru, destacando que, igualmente, são poucos os fragmentos remanescentes de vegetação nativa. Na sequência, discorreu sobre a importância biológica das APA’s e das espécies ameaçadas de extinção presentes nas áreas em questão, destacando, entre outras, as seguintes: Muriqui-do-norte,

Cutelão, maracanã-verdadeira, Lontra neotropical e Jaguarundi. Finalizando a exposição do Volume 1, a Sra. Narjara Lopes de Abreu deu início à apresentação do Volume 2, que contempla: o zoneamento e planejamento e seu contextualização legal (Tópico 1); as oportunidades de visitação (Tópico 2); os planos de ação (Tópico 3) onde são divididos em eixos 1, 2, 3 e 4; os projetos técnicos (Tópico 4), que tratam de temas socioambiental, conservação da flora e fauna; e, por fim, as referências bibliográficas utilizadas na elaboração do plano (Tópico 5). A Sra. Narjara Lopes de Abreu ressaltou que o Volume 2 é concebido como um instrumento de gestão da área, fundamental para subsidiar as ações e políticas públicas voltadas à proteção e ao uso sustentável das unidades de conservação. Por fim, foram apresentados os processos participativos realizados, como a reunião no GAB e a reunião em Pirapanema, esta última composta por encontros setoriais e estratégicos, com participação da sociedade civil e de entidades representativas. A Sra. Narjara Lopes de Abreu realizou uma apresentação referente à Área de Proteção Ambiental (APA) Pico do Itajuru, regulamentada pela Lei nº 2.590/2002. Informou que será mantido o zoneamento disposto na referida legislação. O zoneamento está dividido em quatro zonas: 1 - Zona de Preservação da Vida Silvestre (ZPVS); 2 - Zona de Conservação da Vida Silvestre (ZCVS); 3 - Zona de Uso Agropecuário (ZUA); 4 - Zona de Uso Intensivo (ZUI). A Sra. Narjara Lopes de Abreu explicou que, nas zonas de manejo: na ZPVS, os critérios são Áreas de Preservação Permanente (APP) de rios e nascentes, remanescentes florestais e afloramentos rochosos; na ZCVS, os critérios são Reserva Legal (RL - SICAR), massas d'água (lagos e lagoas); na ZUA, as atividades são voltadas à agricultura; na ZUI, os critérios são rede viária, buffer de 30 metros a partir da rede viária, fragmentos de adensamento populacional fora do buffer. Em seguida, a Sra. Narjara Lopes de Abreu também explanou sobre o zoneamento da APA Rio Preto e Pontão, dividido em três grupos: 1 - Zona de Preservação Permanente (ZPVS), onde os critérios são: áreas florestadas e afloramentos rochosos; 2 - Zona de Conservação da Vida Silvestre (ZCVS), onde os critérios são: Reserva Legal (RL - SICAR), lagos e lagoas, Áreas de Preservação Permanente (APPs) de rios e nascentes; 3 - Zona de Uso Alternativo do Solo (ZUAS), onde os critérios são: rede viária, buffer de 30 metros, fragmentos de adensamento populacional (fora do buffer) e todas as atividades da agricultura. A Sra. Narjara Lopes de Abreu ainda esclareceu quanto às normas gerais, abordando os seguintes pontos relacionados à vegetação: é permitida a utilização sustentável de recursos vegetais; a utilização da vegetação dependerá de prévia autorização dos órgãos competentes, respeitando a legislação vigente; qualquer pedido de desmatamento deverá vir com o comprovante de averbação da reserva legal. A Sra. Thaís de Andrade Batista Pereira Fittipaldi questionou se as atividades permitidas e proibidas estão de acordo com o zoneamento do Parque do Brigadeiro (zona de amortecimento), ressaltando que, caso contrário, poderá haver conflito. A Sra. Narjara Lopes de Abreu informou que não saberia responder no momento, comprometendo-se a se inteirar do assunto. A Sra. Thaís de Andrade Batista Pereira Fittipaldi esclareceu que, dentro da área de amortecimento, no plano de manejo, devem estar descritas as atividades permitidas e proibidas, e que é necessário transportar essas informações em acordo com a zona de amortecimento do Parque do Brigadeiro que sobrepõe à área da APA. Reforçou que não é obrigação do Conselho listar tais atividades como está descrito no plano, tais atividades deverão estar prescritas no plano de manejo, para que não fique na responsabilidade do presidente do Conselho, ou do Conselho, as definições desta. Ressaltou, ainda, que o presidente do Conselho deve se eximir de tamanha responsabilidade. Houve diversos questionamentos dos membros a respeito do assunto. A Sra. Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro sugeriu a criação de uma comissão, com alguns membros, para discutir esta questão e posteriormente apresentar ao Conselho uma proposta mais embasada, possibilitando melhor estudo do tema. A Sra. Thaís de Andrade Batista Pereira Fittipaldi informou que o Conselho estava sem definição e, em discussões de reuniões anteriores, havia sido decidido que o Conselho Gestor seria o mesmo que o CODEMA. A Sra. Thaís de Andrade Batista Pereira Fittipaldi fez esse esclarecimento por tratar-se de uma dúvida do Sr. Robin Le Breton. O Sr. André Pereira Mafia prontificou-se a apoiar e dar suporte à Sra. Thaís de Andrade Batista Pereira Fittipaldi e a equipe de Meio Ambiente e Sustentabilidade nessa questão. Para contextualizar, a Sra. Narjara Lopes de Abreu mencionou que o plano diretor contempla a proibição da atividade de mineração. O Sr. Robin Le Breton levantou a questão, ressaltando que há pouca menção à atividade de mineração no plano de manejo, e que esta deve ser devidamente analisada. A Sra. Narjara Lopes de Abreu acatou a observação e afirmou que

esta reunião é fundamental para obter essas informações. A Sra. Cássia Ribeiro de Souza destacou que o tema é urgente, pois já foi debatido em reuniões anteriores, especialmente no Pico do Itajuru, que deverá constar no plano de manejo, sendo necessário haver esse cuidado. A Sra. Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro comentou, ainda, que há grande preocupação por parte da população do Rio Preto Pontão também, não só no Pico do Itajuru. Dando prosseguimento à reunião, o Sr. André Pereira Mafia informou que, juridicamente, o tema deverá ser analisado com bastante cautela. A Sra. Narjara Lopes de Abreu informou que existe uma maneira de alterar a parte socioambiental do zoneamento, e que para isso é necessário pensar uma metodologia de reuniões com as comunidades, sugerindo, inclusive, que se refaça a parte socioambiental do zoneamento. Encerrado esse ponto, a Sra. Narjara Lopes de Abreu falou sobre as oportunidades de visita nas APAs, e deu exemplos de mirantes, trilhas e circuitos para ciclismo. A Sra. Thaís de Andrade Batista Pereira Fittipaldi questionou sobre as trilhas de off-road, se esta atividade está prevista no plano de manejo, e destacou também sobre a necessidade de aprofundar no diagnóstico sobre o off-road. A Sra. Narjara Lopes de Abreu respondeu que, no plano de manejo, está citada a possibilidade de acesso motorizado, sendo este permitido desde que não degrade o meio ambiente e que o acesso seja apenas para manejo de pesquisa. Porém, a Sra. Thaís de Andrade Batista Pereira Fittipaldi informou que o “evento off-road” é bem diferente de acesso motorizado, e que é necessário haver um tópico específico sobre esse evento, informando onde será permitido, e se será permitido, estando tal definição bem clara e expressa no plano de manejo. A Sra. Marina Vermelho informou que, as Unidades de Conservação são divididas em zonas e cada zona possui diretrizes, sendo que nas Zonas de Preservação o acesso motorizado só é autorizado para fins de pesquisa e manejo para conservação. A Sra. Thaís de Andrade Batista Pereira Fittipaldi explicou que é melhor que essa situação esteja claramente especificada no plano de manejo. Dando continuidade aos trabalhos, a Sra. Adriana sugeriu juntar todas as informações e sugestões apresentadas, debatê-las e, posteriormente, apresentá-las ao Conselho. Dando continuidade, a Sra. Narjara Lopes de Abreu falou um pouco sobre o plano de ação, composto por quatro eixos, sendo eles: eixo 1 (programa de gestão institucional e interinstitucional); eixo 2 (programa de gestão de conhecimento); eixo 3 (programa de gestão ambiental); e eixo 4 (programa de apoio às atividades rurais). A Sra. Narjara Lopes de Abreu também falou sobre a organização do plano de ação, onde contempla as ações, recomendações, resultados esperados, indicadores para o monitoramento e os responsáveis. Informou também que existem prazos para concluir as metas, que são cinco anos. A Sra. Narjara Lopes de Abreu informou ainda que foi criado o tópico “projetos técnicos” e destacou os conflitos socioambientais. A Sra. Carolina Gonçalves Ohuti quis expor sobre as plantações de pitayas que estão sendo feitas em Belisário, e debateram um pouco sobre o assunto. Finalizando a apresentação, a Sra. Narjara Lopes de Abreu agradeceu a atenção dos membros e colocou-se à disposição. A Sra. Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro, por sua vez, agradeceu o comparecimento da Sra. Narjara Lopes de Abreu e sua apresentação, destacando que após a apresentação surgiram duas recomendações, sendo elas: 1 -Solicitar que seja feito o estudo socioambiental; e 2 - Criar uma comissão para elaborar o estudo, referentes às atividades permitidas e proibidas nas APA's. A Sra. Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro perguntou aos presentes quem gostaria de fazer parte da comissão, manifestando-se: o Promotor do Meio Ambiente; IEF; FUNDARTE; a Sra. Cássia Ribeiro; ONG Iracambi; CPT (Comissão Pastoral da Terra); e a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade. Finalizando esta pauta, a Sra. Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro abriu a reunião para alguns informes. A Sra. Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro falou sobre o estande de Tiro, pois não será mais permitido na ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico, será dialogado com os responsáveis neste mês de junho, e na próxima reunião será discutido o prazo. A Sra. Cássia Ribeiro informou sobre a Audiência Pública sobre o Meio Ambiente, porém ainda está definindo a data (será no dia 17 ou 18 de junho) e convidou a todos para estarem presentes. O Sr. Robin Le Breton questionou sobre a arrecadação da verba do fundo, e foi respondido que a equipe está estudando sobre o tema para poder apresentar ao Conselho. A Sra. Carolina Gonçalves Ohuti informou sobre o curso de brigadistas que será realizado nas datas de 31 de maio e 01 de junho, em Limeira - MG. A Sra. Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro informou sobre a Semana do Meio Ambiente e falou o cronograma das atividades, e convidou a todos para participarem se possível. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião as dez horas e cinquenta e oito minutos, sendo lavrada a presente ata,

208

209

210

211

212

213

que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes.

